



MUNICÍPIO DE OLHÃO

EDITAL Nº169/2019

ANTÓNIO MIGUEL VENTURA PINA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLHÃO, FAZ SABER QUE:

1º Foi instaurado a **PEDRO MIGUEL CLAUDINO RAMOS**, com último domicílio conhecido em Rua Projetada à Estrada de Quelfes, n.º 95-A, 8700-238 Olhão, o processo de contraordenação n.º 9/2019, pela seguinte acusação, porquanto: aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de 2018, pelas 10h30, foi verificado por militares da G.N.R. do Posto Territorial de Olhão, que no Sítio da Meia Légua, 8700 Pechão, se encontravam dez equídeos a apascentar, presos por uma corda, num terreno particular sem autorização do proprietário do terreno. Após leitura do micro-chip dos equídeos, foi verificado que apenas três possuíam identificação, com os números: 620098100936847; 620098100694785 e 938000000527497, sendo que o arguido identificou-se como sendo o proprietário dos três equídeos identificados, tudo conforme o teor do auto de notícia por contraordenação elaborados pela G.N.R. – Comando Territorial de Faro - NPCO: 00547/2018.220080453, e que aqui se dá por integralmente reproduzido.

2º Pelo exposto o arguido infringiu o disposto no n.º 2 do artigo 7.º conjugado com a alínea a) do artigo 16.º do *Regulamento sobre Apascentamento de Animais e sua Permanência e Trânsito em Espaço Público*, o que constitui um ilícito previsto como contraordenação e punido com uma moldura contraordenacional da coima graduada de € 100,00 a € 2.500,00, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do referido regulamento municipal, por se tratar de pessoa singular, sem prejuízo de poderem ser agravados os montantes mínimos e máximos em 1/3 em caso de reincidência (n.º s 6 e 7 do citado artigo 17º).

3.º A tentativa e a negligência são puníveis nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 17º do citado regulamento municipal.

4º Em virtude de se terem frustrado as diligências de notificação postal, considera-se que fica o arguido notificado, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 112.º conjugado com o n.º 8 do artigo 113.º ambos do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo DL n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual, para os efeitos previstos no artigo 50.º do Regime Geral das Contraordenações (RGCO), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na sua redação atual, de que dispõe de um prazo de 15 dias a contar da data da afixação do presente edital, para deduzir resposta por escrito à matéria que lhe é imputada, juntar documentos probatórios, arrolar até 3 (três) testemunhas por cada facto e/ou requerer outras diligências que considere pertinentes, podendo ser representado, querendo, por advogado.



MUNICÍPIO DE OLHÃO

5º Mais se informa que a determinação da medida da coima será feita em função da gravidade de contra-ordenação, da culpa, da situação económica do agente e do benefício económico que este retirou da prática da contra-ordenação (art. 18.º do Regime Jurídico das Contra-Ordenações), pelo que solicitamos a V. Ex.ª a apresentação de cópia da última declaração do IRS.

6º Caso o notificado não apresente defesa à matéria dos autos, decidir-se-á com base nos elementos constantes do processo e conforme for de direito.

7º Todos os documentos apensos ao processo de contraordenação encontram-se à disposição nas instalações do Município, sito no Largo Sebastião Martins Mestre, Olhão, podendo ser consultados na Divisão Jurídica – Contraordenações, no horário de expediente.

E para constar, se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo e sítio da Câmara Municipal (www.cm-olhao.pt), de acordo com o disposto na al. b), do n.º 3, do art.º 112 do CPA.

Olhão, sede do Município, aos 4 de outubro de 2019

O Presidente,

António Miguel Ventura Pina

Documento assinado digitalmente

CERTIDÃO DE AFIXAÇÃO

Certifico que a Secção de Expediente e Limpeza do Município de Olhão procedeu à afixação do presente Edital, composto por duas páginas nos termos do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 112º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro.

Olhão, 10 de outubro de 2019

A Coordenadora Técnica da Secção de Expediente e Limpeza



Maria do Rosário S. I. Rodrigues